



ACÓRDÃO Nº528/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11474/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Recursos Supervisionados pela SEMAD
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Lucas Cezar Jose Figueiredo Bandiera (Ordenador de Despesa), Luiza Maria Bessa Rebelo (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1529/2020-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Recursos Supervisionados pela SEMAD. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas dos Recursos Supervisionados da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão (SEMAD), referente ao exercício de 2018, de responsabilidade da Senhora **Luiza Maria Bessa Rebelo**, Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Gestão e Ordenadora de Despesas, no período de 01.01.2018 a 29.05.2018, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas dos Recursos Supervisionados da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão (SEMAD), referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Senhor **Lucas Cezar Jose Figueiredo Bandiera**, Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão e Ordenador de Despesas, no período de 06.06.2018 a 31.12.2018, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei



ACÓRDÃO Nº528/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

- 10.3. Dar quitação** à Senhora **Luiza Maria Bessa Rebelo**, Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Gestão e Ordenadora de Despesas, no período de 01.01.2018 a 29.05.2018, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.4. Dar quitação** ao Senhor **Lucas Cezar Jose Figueiredo Bandiera**, Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão e Ordenador de Despesas, no período de 06.06.2018 a 31.12.2018, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.5. Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:
- 10.5.1.** Aumento detectado por meio de levantamento das despesas com serviço de Energia Elétrica em relação ao exercício anterior. Desta forma, faz-se necessário esclarecer os fatos determinantes para o aumento expressivo;
- 10.5.2.** - Aumento significativo, comparado ao exercício anterior com o fornecimento de combustível, de acordo com a tabela apresentada, desta forma, faz necessário esclarecer os fatos determinantes para tal diferença.
- 10.5.3.** Em análise as concessões de diária observou-se pagamento de diárias referente a exercícios anteriores, desta forma, realizou-se levantamento onde foi verificado que nos exercícios anteriores (2016 e 2017) também ocorreram pagamentos de diárias no elemento de despesa exercícios anteriores, e considerando que as diárias devem ser pagas via de regra antes da viagem, favor esclareça o pagamento recorrente de diárias em data posterior a viagem, em discordância com o Art. 6º do Decreto nº 3984/2018 que dispõe sobre os critérios para concessão de passagens e diárias aos servidores do Município de Manaus e dá outras providências.
- 10.5.4.** Por meio de amostragem aleatória verificou-se alguns processos de diária onde a viagem ocorreu antes do empenho, contudo, não consta justificativa para a concessão em data posterior a viagem, somente, verifica-se o atraso no recebimento do pedido pelo setor de



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº528/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Execução e Controle determinados servidores. Registra-se que consta nos autos apenas informação de que houve o recebimento em atraso pelo setor de Execução e Controle, contudo, não há justificativa do atraso no tramite processual para concessão. Por meio do relatório de concessão de diárias é possível verificar o pagamento das diárias de vários servidores em data posterior a viagem, em desconformidade com o artigo 6º do Decreto nº 3.984/2018.

10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Maio de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral